

Sexualidades, corporalidades e transgêneros: narrativas fora da ordem – ST 16

Paulo Reis dos Santos

GEISH – Grupo de Estudo Interdisciplinar de Sexualidade Humana da Faculdade de Educação da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

Palavras-chave: travesti, gênero e sexualidade.

Tavestis: corpos ambíguos, gêneros em cheque

“Aos cinco anos, quando eu dava pro coleguinha da escola, me disseram que eu era gay. Aos quinze anos descobri que eu era travesti, e hoje, perto dos quarenta, participando do movimento GLTTB, me vejo como trans. Na verdade, eu sou um gay que evoluiu, eu sou um digimon”.

Hanna Suzart, travesti durante o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, acontecido em Brasília, entre os dias 08 e 11/11/2005.

“Eu quero dizer pra Hanna que eu não sou um digimon, eu não sou um brinquedo. Nem sou um gay que evoluiu. Sou uma travesti”.

Janaína Lima, no mesmo encontro.

Plageando Simone de Beauvoir (1967:09), ao nos dizer que “ninguém nasce mulher:torna-se mulher”, afirmo que também não se nasce bicha, veado, sapatão, gay, lésbica ou travesti: torna-se! A identidade de gênero e o papel sexual, são construções sociais/culturais aprendidas e apreendidas ao longo da vida, onde à medida em que vai se socializando, a criança vai aprendendo a identificar e a reproduzir o papél sexual reservado ao seu sexo biológico. Assim vamos reconhecendo o eu e o outro, aquele diferente de mim – onde eu inscrevo todas as marcas das diferenças daquilo que me constitui como sujeito, onde eu sou o “normal” e o outro o “anormal”.

A sociedade ocidental tem operado, em relação à sexualidade, com uma identidade que é classificada e legitimada historicamente como normal: a heterossexualidade de classe média e judaico-cristã. E quando Beauvoir nos diz que não se nasce, mas torna-se, ela está nos dizendo que somos o resultado do processo histórico-cultural da sociedade em que vivemos, colocando por terra o conceito de naturalidade do gênero masculino e feminino. Desta maneira, concluímos que, tanto a normalidade quanto a diferença, são históricas, social e culturalmente construídas.

Se é a partir da constituição biológica que se cria e se constituem os gêneros masculino e feminino, problematizar o corpo como algo produzido na e pela cultura lança-nos a novas perspectivas analíticas, pois rompe com sua naturalização, colocando-o como objeto de estudo que pode ser observado, analisado, classificado, explicado e tratado.

Segundo Goellner (2003:28),

... o corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é, portanto algo a priori nem mesmo universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele se produz e reproduz.

Através do olhar do outro é que nos constituímos como indivíduos, pois o olho é a porta de entrada para todas as informações impressas sobre o nosso corpo, pois como nos diz Souza (2002: 51),

O fato de o sujeito se oferecer como suporte de olhar o torna alvo de conhecimento pela alteridade. Isso compreenderia um jogo de possível captura recíproca. Se, de fato, os olhos são um dos sentidos mais importantes de acesso ao exterior, de apreendê-lo, conhecê-lo e, a partir do que aprendemos ser “verdadeiro“, ético “ou” moral “[e eu diria normal], também de classificar ou rotular o outro, é igualmente razoável que aquele que se deixa olhar corra os mesmos riscos, ou seja, o de ser (re) conhecido.

O corpo é produzido simultaneamente no coletivo e no individual, pois a cultura que nos constitui também é constituída por nós: reagimos, resistimos, aceitamos, negociamos e transgredimos ao que nos é colocado, pois a cultura é um campo político a produzir o corpo, que é uma unidade biopolítica.

O corpo é o lócus a partir do qual o indivíduo expõe publicamente sua intimidade. Mesmo esta individualização da aparência é uma construção cultural, pois a imagem pessoal se transforma em performance. Numa sociedade massificada como a nossa, pertencer a um grupo social – punks, gays, patricinhas, executivos, etc., nos dão um conforto psicológico, mas ao mesmo tempo exige-nos a incorporação de signos – roupas, gestos, dialetos, etc – que nos remetem ao coletivo, onde a nossa individualidade é marcada pela performance pessoal, onde a qualquer momento é possível medir o ineditismo de nossa singularidade e individualidade.

Desta forma existem muitas maneiras de viver e vivenciar os gêneros e a nossa sexualidade, embora os procedimentos pedagógicos vão nos dizendo a todo momento que existe “apenas um modo adequado, legítimo e normal de masculinidade e de feminilidade e que a única forma sadia e normal de sexualidade é a heterossexualidade; [e que] afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se ex-cêntrico” (LOURO, 2003:44).

A partir dos anos 60, o movimento de liberação homossexual, a partir da eclosão mundial da pandemia de AIDS e principalmente com as Paradas do Orgulho GLBT que este ano colocou mais de 2.500.000 pessoas nas ruas da cidade de São Paulo, vizibilizam essas novas identidades sexuais “ex-cêntricas”, que passam não só a ganhar importância nestes tempos pós-

modernos, como, mais do que isso se constituem como um novo centro de atenções.

Através do olhar determinamos o que é normal e anormal, mas, mesmo assim, a emergência de sujeitos que estavam imersos em processos de apagamento como as travestis¹ colocam em xeque as noções de centro, margem e fronteira, transferindo-as da posição de marginalizadas para a posição central da discussão acerca da diversidade sexual humana. Assim, a rigidez proposta pela heteronormatividade é problematizada por esses novos sujeitos sociais que ousam assumir publicamente a diferença como o seu lugar.

A identidade de gênero nos é dada pelo outro que nos olha e nos nomeia. Esta idéia nos remete a epígrafe, onde a fala de Hanna Suzart nos aponta que sua identidade gay aos cinco anos, de travesti² aos quinze e trans aos quarenta lhe foram atribuídas pelo olhar do outro que lhe nomeara. Ao dizer que é um gay que evoluiu, ela faz referência ao desenho animado japonês onde as personagens são seres mutantes e nos remete à performance identitária proclamada por Judith Butler (2003). Com esta fala ela institui o seu lugar no cenário e marca posição diante da platéia do XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. Janaína Lima, ao confrontar e opor-se a ela, afirmando-se ser simplesmente uma travesti e não um brinquedo ou desenho mutante instaura um jogo de poder. Quem tem o direito de me nomear e dizer abertamente o que e quem sou? É bom lembrar que essas falas se deram num evento de militância política. Gays, lésbicas e travestis têm se apropriado do linguajar acadêmico e questionado as nomações criadas pelos teóricos. E é neste contexto que se trava o embate entre Hanna corroborando o olhar do outro que a nomeia, e Janaína chamando para si o direito de se autoneamar. Mesmo assim, ser travesti, em ambos os discursos, continuam a se referenciar na identidade central, que é a heterossexual.

As travestis realizam, continuamente um investimento sobre seus corpos, através de roupas, cabelos, adornos, perfumes, cosméticos e hormônios, etc., o que lhes confere o caráter performático de gênero. Utilizando de todos esses artifícios e tecnologias, esses sujeitos estão longe de serem identitariamente estáveis e definidos, o que dificulta, e muito, sua aceitação pela sociedade.

Culturalmente ser excêntrico significa abandonar qualquer referência à posição central. E isso não denota simplesmente se opor ao centro e, menos ainda, de aspirar a ser reconhecido por ele. As travestis não reivindicam ser “integradas”, “aceitas”, “enquadradas”, ou “normalizadas”; o que desejam é romper com esta lógica que, a favor ou contra, continua remetendo-as, sempre, à identidade central.

Sua presença física no cenário dos grandes centros urbanos embaralha masculinidades e feminilidades num jogo performático que nos leva a reconhecer o quanto todas as representações de gênero são constructos culturais, afinal todos nós – que nos consideramos tão “normais” – utilizamos uma série de códigos, gestos e recursos para dizer quem somos, para nos apresentarmos e

representarmos como mulheres ou homens diante dos outros. Na verdade a ambivalência da travesti nos desconforta, ameaça e fascina. Ao portarem um corpo onde se conjuga o feminino e o masculino ao mesmo tempo, com seus modos ousados, elas expõem a arbitrariedade de nossos arranjos sociais.

O processo de reconfiguração do corpo físico masculino em feminino se dá através de intervenções ilícitas: cirurgias plásticas clandestinas para implantação de próteses de silicone nas mamas e glúteos, ou injeção de silicone industrial nas faces, mamas, glúteos, coxas e joelhos, ou a injeção de hormônios femininos. Assim as travestis produzem e reproduzem em seus corpos os signos do feminino, numa ação que elas denominam de “montagem” e nesta operação utilizam roupas e lingerie femininas, adereços, maquiagem, cabelos e sapatos, etc. Ao reconfigurar o próprio corpo e alterar o nome, esses sujeitos manipulam e reconstroem os gêneros, desestabilizando a idéia da existência de uma categoria identitária binária fixa e imutável.

O tornar-se travesti é sempre uma aventura inacabada, que requer constantes reparos e adequações estéticas e hormonais, depilações, injeções de silicone líquido, próteses, penteados, maquiagem, etc. Mas ao feminilizar seu corpo, o homem perde o seu lugar privilegiado na hierarquia social do ocidente e ao assumir a posição feminina, fica à margem da ordem social, mas como tudo é uma questão de performance, a travesti faz o seu número, quase sempre a noite e nas esquinas das grandes cidades.

Foucault nos diz que todas as técnicas de disciplinarização da atividade sexual humana negou e ocultou diversas atividades eróticas, como a sexualidade das crianças, dos velhos e das mulheres, assim como a homossexualidade, evidenciando a teoria do casal familiar - onde o sexo acontece “naturalmente” na cama do casal tida como o santuário da sexualidade oficial. Esta foi a norma imposta pedagogicamente à toda sociedade ao longo da história onde toda forma de prazer sexual fora da cama do casal é ilegítimo. E como sexo, desejo e prazer são incontroláveis, suas aberrações devem acontecer em outro local, em outro lugar, fora do convívio afetivo da família. Num lugar alternativo: a rua.

Dentro do mercado prostitutivo, delimitar as características físicas ou psicológicas que classificam uma travesti não é tarefa das mais fáceis. Elas próprias se vêm com critérios ambíguos, reversíveis e recambiáveis, como bem exemplifica as falas de Hanna e Janaína na epígrafe. Mas, se ela é uma invenção da imagem feminina já incorporada no imaginário social, isto não retira o grau de discriminação e desprezo a que está submetida.

A travesti que trabalha como profissional do sexo, realiza um negócio, em que ela entra com a matéria prima e os custos da produção e o cliente com a demanda de um prazer a ser aplacado. Assim, o programa, ou a transa, ganha um status na permuta de serviços que se oferecem para aplacar uma necessidade do cliente. Mas a ilegalidade e ilegitimidade a que a travesti e a mercantilização de seu corpo está submetida a coloca sempre em confronto com a lei e a ordem

social. E, neste caso, a lei é exercida, sempre com violência por uma polícia que a trata com total desrespeito.

Diante de todas essas considerações acerca da interdição do corpo que se prostitui, da identidade de gênero como performance, da inserção das travestis no mercado de exploração sexual, das relações de poder, da sujeição e da subordinação a que estão submetidas, não seria pertinente questionar se não são as leis internas do mercado prostitutivo que modelam o corpo das travestis que se prostituem ?

Referências bibliográficas

BENEDETTI, Marcos Renato. “A calçada das máscaras”. *Homossexualidades, cultura e política*. Porto Alegre. Sulina, p. 140 – 152, 2002.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo. II a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BUTTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DENIZART, Hugo. *Engenharia erótica: travestis no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. *História da sexualidade III: O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

GARCIA, Wilton. *A forma estranha: ensaios sobre cultura e homoerotismo*. São Paulo: Edições Pulsar, 2000.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *A produção cultural do corpo*. Corpo, gênero e sexualidade. Petrópolis: Vozes, p.28 – 40, 2003.

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

JAYME, Juliana Gonzaga. *Travestis, transformistas, transexuais, drag-queens: Personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa*. Campinas: Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis: Vozes, p. 41-52, 2003.

MOORE, Hanrieta L. *Em torno das corporalidades: fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência*. Cadernos Pagu, Campinas: Cadernos Pagu, v.14, p.13-44, 2000.

MOTT, Luiz. *Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias?*. Campinas: Cadernos Pagu, p.143-155, 2002.

OLIVEIRA, Neusa Maria. *Damas de paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher*. Salvador: Centro Editorial Didático da UFBA, 1994.

PAGLIA, Camille. *Sexo, arte e cultura americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Regina Maria. *O olhar e esses anormais: notas um tanto desencontradas sobre o racismo em nós*. Campinas: Educação e Sociedade n 79, CEDES, p. 39-64, 2002.

SILVA, Hélio. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1993.

SINFIELD, Alan. *O século de Oscar Wilde*. Rio de Janeiro: Revista de Cultura Vozes, v.92, n.5, p. 111-145, 1998.

TRASFERETTI, José Antonio. *Igreja dos excluídos: pastoral na periferia dos centros urbanos: homossexualismo em questão - retratos desconexos*. Rio de Janeiro: Revista de Cultura Vozes, v. 91, n. 4, p. 136-154, 1998,.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. São Paulo: Editora Max Limonad, 1986.

¹ Utilizo aqui o substantivo travesti no feminino apenas como uma forma de respeito ao movimento nacional das travestis que reivindicam o tratamento no feminino.

² Segundo a ATRAC – Associação de Travestis do Ceará: Travesti é um homem, no sentido fisiológico, mas se relaciona com o mundo como mulher: seu corpo é moldado com formas femininas, socialmente exerce o papel da mulher e usa seu órgão genital em suas relações sexuais, podendo inclusive exercer o papel sexual “ativo”.

Em termos de sexualidade humana, são conhecidos dois gêneros (o masculino e o feminino). Nesse sentido, travestis são as pessoas que incorporam esses dois gêneros, sendo homem/mulher. Vivem a bissexualidade dentro da homossexualidade, incorporando em um mesmo corpo, físico e mental, o masculino e o feminino, forma dúbia que se expressa na sua própria aparência. As travestis apresentam características que propiciam maior visibilidade perante a sociedade, sendo, portanto, mais facilmente discriminadas